

VISÃO DO CORREIO

Nenhum ministro está acima do Supremo

Nenhum homem está acima da instituição. Essa máxima, elementar numa democracia, tornou-se a questão central para o Supremo Tribunal Federal (STF). A crise provocada pelo caso Banco Master ultrapassou os limites de uma investigação criminal e expôs divergências entre ministros, Polícia Federal (PF) e Procuradoria-Geral da República (PGR) num grau de tensão que ameaça contaminar a credibilidade da própria Corte. O Supremo precisa, com urgência, reencontrar o caminho da estabilidade.

Não se trata de proteger seus integrantes nem de blindá-los, mas de preservar uma instituição que ocupa posição central no sistema democrático brasileiro. O STF não pode se transformar numa arena em que disputas pessoais, suspeitas de conflitos de interesse e decisões dos próprios envolvidos deixem em segundo plano a Justiça e o interesse público. A regra deve valer para todos: fatos precisam ser investigados, responsabilidades individualizadas e direitos preservados. Não existem atalhos legítimos no Estado de Direito.

As investigações sobre o Master são especialmente delicadas porque alcançaram extensa rede de relações empresariais, jurídicas e políticas. Quando integrantes da mais alta Corte entram em confronto por decisões ligadas a uma investigação dessa dimensão, o problema imediatamente se torna institucional. Divergências jurídicas são naturais num tribunal colegiado. O que não é normal é a impressão de que decisões judiciais, investigações e medidas policiais possam ser movimentos numa disputa entre magistrados.

Existe o risco de transformar o Supremo simultaneamente em personagem, investigador, vítima e juiz de fatos que eventualmente alcancem seus integrantes ou pessoas próximas a eles. A resposta para esse problema não pode ser corporativa. Se existem suspeitas, devem ser investigadas segundo a lei. Se forem falsas, os atingidos têm direito

à reparação. Se houver irregularidades, ninguém deve receber tratamento privilegiado em razão do cargo que ocupa.

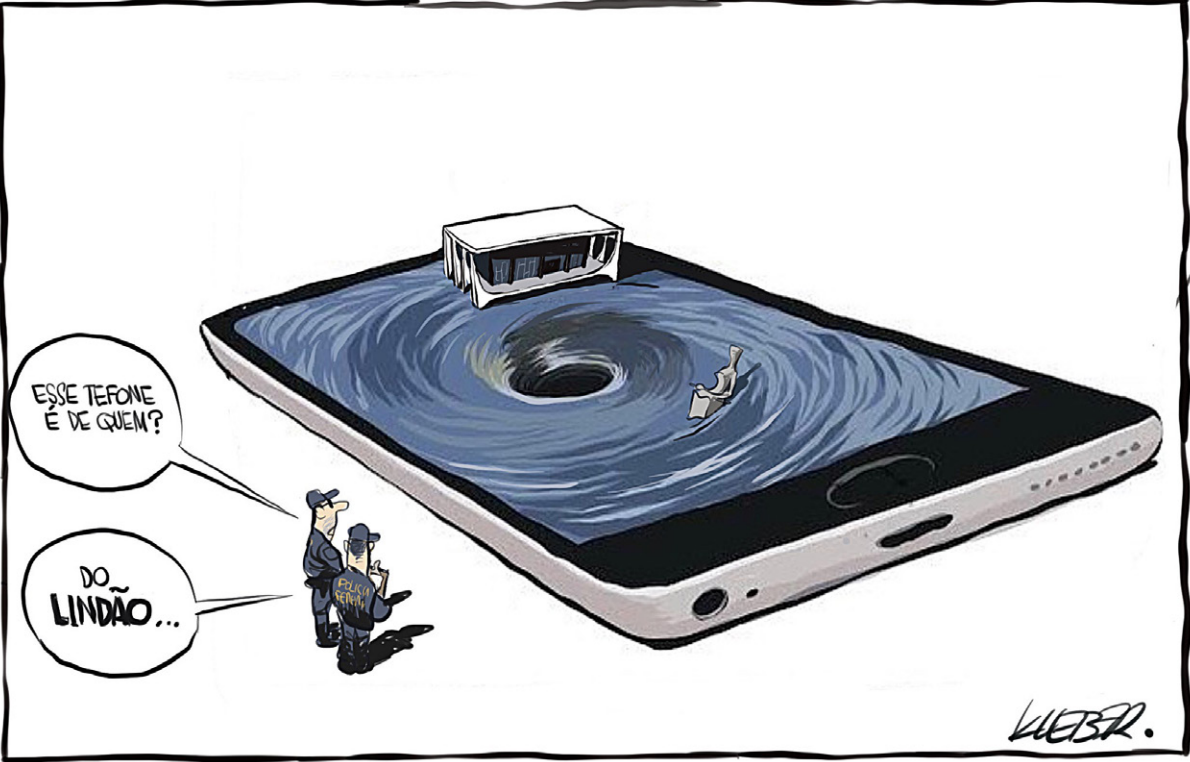
O mesmo rigor vale para Daniel Vercaro e eventuais colaboradores. Delação premiada não é sentença nem prova suficiente para condenação. As declarações precisam ser confirmadas por provas independentes. Da mesma forma, PF e Ministério Público precisam atuar com autonomia, sem submissão aos interesses dos investigados ou às disputas políticas e institucionais.

A crise também expõe um problema anterior ao Master: a excessiva personalização do Supremo. O STF passou muitas vezes a ser identificado pelos nomes dos ministros, e não pela força de sua jurisprudência. Essa inversão precisa acabar. O Supremo não pertence aos seus 11 integrantes. Cada ministro exerce temporariamente uma parcela do poder conferido pela Constituição à instituição. Ministros passam, a Corte permanece.

Defender o Supremo, portanto, não significa defender automaticamente qualquer ministro. Pode significar investigar seus integrantes, reconhecer impedimentos, corrigir decisões e impor limites. A transparência fortalece o tribunal, enquanto o corporativismo o enfraquece.

Nada será mais destrutivo para sua legitimidade do que consolidar a percepção de que existem dois padrões de Justiça: um para os cidadãos e outro para as cúpulas do Estado. O caso Master tornou-se um teste para o STF. O Congresso não pode usar a crise para intimidar ministros, mas a Corte também não pode responder às críticas legítimas refugiando-se numa fortaleza corporativa. A saída está na colegialidade, na transparência, no respeito às competências constitucionais e ao devido processo legal.

É preciso despersonalizar o conflito. Nenhum ministro é maior do que o Supremo, assim como o Supremo não está acima da Constituição. Sua autoridade será preservada se demonstrar que a regra fundamental da República vale para todos: ninguém está acima da lei.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Democracia em xequ

A polarização entre esquerda e direita que domina o cenário político brasileiro tem gerado uma disputa de narrativas que consome energias, posterga a produção de soluções para os reais problemas brasileiros e não descortina um horizonte de superação do impasse. O resultado é conhecido: estagnação, desperdício, pobreza. Entretanto, esquerda e direita concordam em um ponto: ambas defendem publicamente o regime democrático como forma de organização política adequada para o Brasil. O modelo desenhado pela Constituição Federal de 1988 não serve mais, pois foi ele que gerou a situação atual. Portanto, a superação da crise exige um modelo novo, que já existe: a obra *Estado civilizador*, de J. Rodrigues, especifica um modelo de democracia centrado nos interesses da população. A diferença fundamental é que o modelo atual concede poder às elites e a nova proposta o preserva na população.

» **Rubi Rodrigues**
Octogonal

Crise no STF 1

Lula agiu certo afirmando, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, que nenhuma autoridade está acima da lei. A seu ver, toda irregularidade envolvendo homens públicos deve ser apurada e os envolvidos, punidos. As declarações de Lula tentam amenizar a crise institucional no STF. Ele e o PT, na avançada quadra eleitoral, querem evitar que o arranca-rabo entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça contamine e prejudique a campanha à reeleição presidencial.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Crise no STF 2

O ministro da Justiça, Wellington César Filho e Silva, destacou que a valorização das instituições é necessária para que o país consiga enfrentar seus desafios em meio à crise no Supremo Tribunal Federal

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Não é mais crime falsificar documentos oficiais da Polícia Federal ou Nikolas fez de propósito para, quando tiver represálias, alegar perseguição?

Apollo Lopes — Brasília

O Brasil não aprende que não existem milagres e milagreiros no jogo político? Há trabalho, escolha consciente de propostas e histórico.

Haroldo R. Neto — Minas Gerais

O ministro Fachin gerencia bem a crise no STF, mas é importante que seja apurado quem fez vazamento seletivo de dados do caso Master que estavam sob sigilo.

Marcos Paulino — Vicente Pires

É muita irresponsabilidade desses dois motoristas que tiveram os carros apreendidos na Epia nesta sexta-feira. Já pensou a tragédia se acontecesse um acidente a 260km/h? Realmente, este país não é sério.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

(STF). Ele exige respeito às instituições, mas os membros das instituições sustentados por todos nós contribuintes não respeitam a população brasileira. Exijam o que dão para que sejam respeitados. Primeiro, respeitem quem sustenta as quadrilhas que estão nos Três Poderes: nós, os contribuintes de bem. É muito cara de pau exigir o que não fazem.

» **Dora Rossetto**
Brasília

O Brasil piorou

O pessoal do andar de cima na hierarquia brasileira está encrocado e, claramente, envolvido com o Banco Master e a CPMI do INSS. A CPMI do INSS trouxe muita luz nas falcaturas, vitimando os indefesos velhinhos aposentados, abrangendo gente gráuda. Daí ser extinta antes de ser concluída. Mas os malandros envolvidos no Master estão seriamente enrolados, esperando, mas está difícil de abafar e se safar. Infelizmente, o Brasil é destaque mundial na impunidade, na corrupção, pelos penduricalhos, na insegurança jurídica e com a economia fragilizada. Se fosse um país sério, muitos que estão nas nossas cúpulas seriam apenas banidos da vida pública.

» **Humberto Schwartz Soares**
Vila Velha (ES)

Desencontros

Medidas de apelo popular, como redução da jornada ou a “taxa da blusinha”, rendem manchetes e dividendos eleitorais, mas não enfrentam o problema estrutural da renda insuficiente e do custo de vida. Enquanto Brasília analisa planilhas, o trabalhador encara o preço dos alimentos. Executivo e Legislativo parecem se alinhar apenas às vésperas das urnas, enquanto a sociedade espera políticas que transformem crescimento econômico em bem-estar real. Indicadores registram a realidade, mas não a vivem. Estatísticas não pagam aluguel, não enfrentam filas, não atravessam a cidade no transporte público e, sobretudo, não colocam comida na mesa.

» **Oswaldo Jesus Motta**
Rio de Janeiro



MARCOS PAULO LIMA

marcospaulo.df@cbtnet.com.br

Como as democracias morrem

Democracias nem sempre morrem com tanques nas ruas, Congressos fechados e generais anunciando o fim das liberdades. Às vezes, adoecem lentamente. Continuam realizando eleições, preservam tribunais e mantêm parlamentos. Tudo parece estar no lugar. Até que algo essencial se perde.

Essa é uma das advertências em *Como as democracias morrem*, dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Publicado em 2018, o livro revisitado na minha biblioteca não serve como régua para diagnosticar automaticamente o Brasil, mas oferece uma lente incômoda para interpretar a crise nacional.

Os autores destacam duas regras não escritas fundamentais à sobrevivência democrática: tolerância mútua e reserva institucional. A primeira significa reconhecer a legitimidade do adversário. Democracia não exige concordância. Existe justamente para administrar divergências. O problema começa quando o adversário deixa de ser concorrente e passa a ser tratado como inimigo. Esse é um dos sintomas da doença brasileira.

A eleição tornou-se, para parcelas crescentes da sociedade, uma batalha pela sobrevivência. Se o outro lado vencer, o país estará perdido. Se determinado grupo controlar uma instituição, tudo estará corrompido.

Quando o adversário é transformado em ameaça existencial, qualquer instrumento para derrotá-lo parece aceitável. As regras, antes patrimônio coletivo, passam a ser obstáculos inconvenientes.

Também se tornou comum avaliar as instituições a partir de uma pergunta perigosamente simples: estão do meu lado? Se estão, funcionam. Se não estão, precisam ser combatidas.

Essa lógica não pertence exclusivamente à direita ou à esquerda. Está disseminada no ambiente político brasileiro. Cada grupo conhece os limites que deveriam ser impostos ao

adversário, mas poucos demonstram o mesmo entusiasmo ao discutir os próprios limites.

É nesse ponto que a segunda advertência de Levitsky e Ziblatt ganha importância. Nem tudo o que é permitido é necessariamente saudável para a democracia.

Uma instituição pode ter determinado poder e escolher não utilizá-lo até o limite. Um governante pode encontrar uma brecha legal e decidir não explorá-la. Esse autocontrole não é fraqueza. É maturidade democrática.

O perigo surge quando todos passam a acreditar que a gravidade do momento justifica medidas excepcionais. Um lado deseja ultrapassar limites para combater o “sistema”. O outro aceita ampliar poderes para defender a democracia daqueles considerados seus inimigos. E assim a exceção sempre encontra uma justificativa.

O Brasil não precisa de um obituário para a democracia. Seria precipitado decretar a morte. Existem eleições, alternância de poder e instituições funcionando. Mas ignorar os sintomas seria igualmente irresponsável.

Democracias podem perder qualidade enquanto seus rituais permanecem intactos. A urna continua recebendo votos. O Congresso mantém as portas abertas. Os tribunais seguem julgando. O que se deteriora é menos visível: a disposição coletiva para aceitar que ninguém possui o monopólio da verdade, do patriotismo ou da própria democracia.

Talvez o maior perigo para o Brasil não seja a chegada de um salvador da pátria disposto a destruir todas as regras. O risco mais profundo está em uma sociedade na qual cada lado aceita relativizar essas regras desde que o primeiro atingido seja o adversário. É assim que a política deixa de ser convivência e se transforma em guerra. E nenhuma democracia sobrevive por muito tempo quando derrotar o inimigo se torna mais importante do que preservar o jogo.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br